

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA



CHRISNA BITTENCOURT VIEIRA DUTTON

A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O que se ensina, como e para quem?

Bicas - MG

2019

CHRISNA BITTENCOURT VIEIRA DUTTON

A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O que se ensina, como e para quem?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, ao curso de Pós-graduação em História e Cultura do Brasil Contemporâneo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Professora: Ana Paula Pereira Costa

FICHA CATALOGRÁFICA

Dutton, Chrisna Bittencourt Vieira.

A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL : O que se ensina, como e para quem? / Chrisna Bittencourt Vieira Dutton. -- 2019.

23 p.

Orientadora: Ana Paula Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. , 2019.

1. Ensino de História. 2. Educação. I. Costa, Ana Paula, orient. II. Título.

CHRISNA BITTENCOURT VIEIRA DUTTON

A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O que se ensina, como e para quem?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, ao curso de Pós-graduação em História e Cultura do Brasil Contemporâneo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Professora: Ana Paula Pereira Costa

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador(a) Professor(a): Ana Paula Pereira Costa

Professor(a):

Professor(a):

Bicas, 03 de Agosto de 2019

RESUMO

O presente projeto de intervenção analisa a ampliação da Educação Básica para todos os brasileiros e brasileiras a partir da Constituição Cidadã, promulgada em 05 de Outubro de 1988. A universalização dos ensinos fundamentais e médio trouxe alguns desafios para a inclusão de novos grupos sociais no ambiente escolar. O trabalho analisa como a escola se adaptou a este processo e propõe um planejamento de ensino de História focado nas dificuldades apontadas, com o objetivo de valorizar os conhecimentos prévios e a cultura dos estudantes e incentivar a análise crítica inerente à História como disciplina científica.

ABSTRACT

The present intervention Project analyses the application of Basic Education for all the Brazilians after the promulgation of 1988's Constitution. Regular education was made universal by law, which brought new challenges to include *outsiders* groups in School ambiance. This work analyses how school made adaptations to this process, with emphasis on students and teachers difficulties in the work of thinking History as a critical and analytic science. Also, the intervention has the objective of valorising local cultures in order to make the students represented on what is studied at school.

SUMÁRIO

1. Apresentação	8
2. Problematização	9
3. Justificativa	11
4. Objetivo Geral	11
5. Objetivos Específicos	11
6. Revisão da literatura	12
7. Metodologia/Plano de ação	15
8. Referências	17
9. Apêndice	18

APRESENTAÇÃO

Em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a atual Constituição brasileira. A nova carta Magna ampliava o acesso à educação, fornecia detalhes sobre a regulamentação e avaliação dos sistemas de ensino e – mais importante – garantia a educação básica como direito de todos e dever da família e do Estado e estabelecia em seu artigo 208 o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos e a progressiva universalização do ensino médio gratuito. Desde então, observou-se no país a ampliação do acesso aos ensinos Fundamental e Médio. A proposta deste trabalho é analisar como se deu o ingresso e a permanência na escola de grupos sociais antes total ou parcialmente excluídos do sistema educacional, bem como estudar a forma como os jovens pertencentes a esses grupos veem e são vistos no ambiente escolar, para finalmente propor uma intervenção que trabalhe a favor do interesse e permanência desses jovens na escola.

A ampliação da Educação Básica no Brasil ampliou o alcance da escola. Segundo dados do Pnad, o percentual de crianças fora da escola caiu de 19,6% para 6,5% entre 1990 e 2015. No Ensino Fundamental, dos 6 aos 14 anos, praticamente todas as crianças brasileiras estão na escola (com o índice de 97,8% de crianças matriculadas, esta faixa é considerada universalizada). Entretanto, a meta de universalização da Educação Básica, cujo prazo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação terminou em 2016, não foi cumprida graças a pouca oferta de creches e escolas de educação infantil para crianças de 4 a 6 anos e à evasão escolar de adolescentes, sobretudo no Ensino Médio: 900mil adolescentes entre 15 e 17 anos estão fora da escola hoje. (IBGE,2016)

O fracasso escolar e o abandono são as questões que atualmente mais preocupam teóricos e educadores. Obviamente esta é uma questão complexa que abrange muitos aspectos a serem analisados e é fruto de estudos de diferentes posições, visões e planos. Muito se fala em capacitação de professores, de questões estruturais da educação e mesmo de investimentos, conteúdos, currículo: todas discussões importantes e válidas que estão diretamente ligadas ao fracasso da educação no Brasil. Uma questão preocupante é o tempo gasto em se buscar uma “culpa” em um dos atores envolvidos, menos numa tentativa de solucionar os muitos problemas que o sistema educacional enfrenta, mais para se eximir de responsabilidade quanto a eles. Como num círculo vicioso, teóricos culpam professores pela falta de qualificação ou empenho; governo e professores trocam

acusações quanto à estrutura\cumprimento de carga horária; professores culpam estudantes e família pelo pouco interesse e família e estudantes culpam os professores por aulas pouco atrativas... um ciclo sem fim de acusações e culpas com poucas propostas de solução. Neste jogo de “batata quente” pouco se fala na forma como essas crianças são tratadas e representadas na escola, apesar do currículo ser alvo de algumas discussões. Menos ainda estas crianças são consultadas ou incentivadas a terem voz ativa no ambiente escolar.

O Plano Nacional de Educação determinou a universalização gradual da Educação Básica no Brasil. A partir daí o que se viu foi a ampliação de vagas nas escolas públicas e o estabelecimento de metas, objetivos pedagógicos e capacidades cognitivas. O processo da universalização da Educação Básica no Brasil foi pouco analisado por historiadores como objeto de estudo, talvez por se tratar de um processo bem recente. As discussões relativas à História da Educação no país como um todo estão bem mais voltadas para os teóricos da educação do que para historiadores.

PROBLEMATIZAÇÃO

A partir da temática escolhida, iremos trabalhar em formato de curso com 3 aulas com alunos: do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola: CEMBRA – Colégio Estadual Engenheiro Mário Moura Brasil do Amaral – Paraty – Rio de Janeiro. O objetivo é compreender o que faz um adolescente de 15 anos não se interessar e/ou abandonar voluntariamente a escola (sabemos que existem outros motivos alheios à vontade deles, como gravidez, problemas financeiros, etc.)?

Os motivos levantados são os mais plurais possíveis, as soluções propostas também. Para propor um trabalho de intervenção focado nesta questão, parto de uma premissa ainda pouco explorada: muito se fala da adaptação dos estudantes aos modelos educacionais; pouco se diz sobre a adaptação destes modelos aos estudantes. Se analisarmos sob esse ponto de vista, veremos que o formato de escola e os currículos não sofreram nenhuma alteração estrutural/profunda a partir da proposta de uma educação básica para todos. De fato, se observarmos a grade curricular, a estrutura das disciplinas, podemos concluir que muito pouco foi alterado nas últimas décadas em matéria de o que se ensina e como. O ensino formal, a

norma culta, a sala de aula com carteiras enfileiradas, é uma realidade bem distante daquela de meninos e meninas da periferia.

O texto “Orgulho e preconceito no ensino de história do Brasil”, escrito por Giovanni José da Silva e Marinelma Costa Meireles mostra como o currículo de História eurocêntrico, linear e excludente prejudica estudantes afrodescendentes, indígenas e pobres, ou seja, a maioria dos jovens brasileiros. Segundo os autores, negros, indígenas e pobres aparecem na História ensinada nas escolas apenas como “peças da engrenagem colonial” (SILVA E MEIRELES,2017, p.8) ou um problema, um estorvo a ser resolvido. Este modelo de história excludente e eurocêntrica geraria racismo e baixa autoestima entre os estudantes, que não se reconhecem como agentes históricos nem encontram motivos para ter orgulho de sua trajetória. Apenas um exemplo da enorme força centrípeta que afasta os jovens das aulas de História e da escola de forma geral.

Vale ressaltar que esta não é uma crítica ao ensino formal da norma culta e dos conteúdos programáticos básicos. Meninos e meninas da periferia, zona costeira, interior precisam sim saber sobre a Revolução Industrial e a Independência do Brasil, bem como reconhecer e ser capaz de reproduzir a linguagem formal, entre outros conhecimentos. Porém, é preciso “deseurocentralizar” a História e apresentar os conhecimentos formais e a norma culta como uma possibilidade de comunicação, ou uma ferramenta a ser utilizada, além de paralelamente aproximar os conhecimentos tradicionais e culturais que este jovem possui; valorizá-los, relacioná-los aos conhecimentos formais, e não os rechaçá-los como comumente é feito. Apesar desta discussão já estar presente há um tempo entre os teóricos da educação, a prática ainda avança a passos lentos. Professores e sistema escolar culpando os alunos pelo desinteresse, ou pela falta de base educacional é o que mais encontramos pelas escolas. “Não querem nada”, é o que dizem. Ora, todo mundo quer alguma coisa. Não seria o caso de se perguntar qual o sentido de saber que uma oração é subordinada substantiva objetiva direta para um filho de pescador, que sonha em ser pescador, que nunca saiu da cidade e jamais viu uma universidade de perto? À medida que as crianças crescem, os conteúdos formais vão se distanciando e as dificuldades também vão aumentando. Desta forma, aqueles que não se encaixam nos sistema educacional são empurrados para fora.

JUSTIFICATIVA

Ao longo de 13 anos de magistério, não foi difícil identificar os graves problemas de comunicação entre estudantes e professores. Valores distintos, visões de mundo diferentes e perspectivas dificultam as relações na escola. Tomando por base o pressuposto de que o que se espera do estudante não corresponde às perspectivas do próprio nem mesmo as aspirações que muitas dessas crianças tem. Na pequena Paraty (RJ), são poucos os que almejam o Ensino Superior (a grande maioria, mesmo com os bons resultados na escola, não teria condições de se manter nos grandes centros, onde estão as Universidades). O mundo oferecido pelo professor tradicional é estranho e inatingível para muitos. Enquanto a escola manda a criança estudar para “ser alguém na vida”, as crianças, com toda sua identidade desvalorizada por esta simples frase, ou tenta se encaixar ou luta contra o padrão cultural que a escola tenta lhe impor.

É preciso ouvir o estudante. Saber de seus desejos, suas perspectivas e suas necessidades. Por isso esta proposta de intervenção propõe que o aluno selecione seu objeto de estudo e ao mesmo tempo que aprende como utilizar as ferramentas científicas da disciplina, aproxima de seu próprio universo com um novo olhar e compartilha seu conhecimento, criando um espírito de pertencimento àquele ambiente.

OBJETIVO GERAL

Trabalhar os conceitos fundamentais e metodologias de pesquisa histórica, de forma que os estudantes sejam capazes não só de perceber a história enquanto disciplina científica como possam experimentar o “fazer história”, bem como buscar trazer para o ambiente escolar temas e questões que lhe são caras e que insiram realidades e culturas locais/periféricas no contexto histórico, relacionando-os com os demais acontecimentos históricos discutidos no ambiente escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aproximar os conteúdos estudados no 8º ano do Ensino Fundamental às realidades locais, através de relações e análises de processos históricos;
- Introduzir conceitos básicos de metodologia científica;
- Valorizar as culturas locais e periféricas;

- Desenvolver a sensação de pertencimento e trazer os saberes individuais para o ambiente escolar, aproximando os estudantes do estudo da disciplina;
- Desenvolver a autonomia de pesquisa entre os adolescentes;
- Desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análises históricas dos estudantes.

REVISÃO DA LITERATURA

Valorizar as culturas intrínsecas ao universo do estudante como forma de minimizar o desinteresse pela escola, especialmente pelo ensino de História, é a proposta deste projeto de intervenção. Não é uma tarefa tão simples como parece. Muitas são as críticas aos métodos utilizados por professores nas escolas, não apenas nesta questão. Ao longo deste curso de pós-graduação, conhecemos alguns teóricos que trouxeram propostas para o ensino de História. Verena Alberti, ao analisar o ensino de temas “controversos” destaca que o ensino de História nas escolas “guarda pouca relação com o pensamento crítico. Comumente a história escolar visa criar uma imagem positiva da identidade da nação”. (ALBERTI, 2015, p.284). Partindo da premissa de que a história é complicada e que seu ensino só tem validade se tratar de questões controversas, usando a ferramenta da história oral para alimentar os alunos de informações para que estes realizem suas próprias reflexões, contextualizem e tirem conclusões. Joaquim Prats também questiona a pouca análise social no ensino de História, substituída por conhecimentos prontos destituídos de investigação científica (PRATS, 2006, p.3), afastando o ensino da disciplina de seus objetivos didáticos principais, que segundo eles seriam.

- Compreender os fatos ocorridos no passado e situá-los em seu contexto
- Compreender que na análise do passado há muitos pontos de vista diferentes.
- Compreender que há formas muito diferentes de adquirir, obter e analisar informações sobre o passado.
- Transmitir de forma organizada o que se estudou ou se obteve sobre o passado (PRATS, 2006, p.5)

Com tantas dificuldades, muitos professores acabam por se acomodar e - por falta de recurso, dificuldade no acesso às fontes primárias e até mesmo pela predisposição dos estudantes - se limitando ao trabalho de reproduzir informações

acabadas, sem exigir esforço interpretativo ou investigativo. Caberia ao professor, portanto, adequar o método histórico à prática em sala de aula para que os estudantes aprendam a formular hipóteses e analisem fontes para confirmá-las ou não. Ainda segundo Prats, “é mais interessante que os alunos compreendam como conseguimos saber o que passou e como explicamos do que a própria explicação de um fato ou período concreto do passado” (Ibidem, p.10).

Importante lembrar que muitas vezes professores de História têm consciência e formação para um trabalho diferenciado como sugerem Prats, Alberti e outros teóricos. Porém, tentativas de mudar o ensino de História esbarram em problemas estruturais como turmas superlotadas, defasagem, ambiente pouco acolhedor, cobrança de conteúdos, carga horária reduzida (Na Rede Estadual do Rio de Janeiro, são apenas 3 tempos semanais de História para o Ensino Fundamental e 2 para o Ensino Médio e um currículo mínimo extenso para cumprir. Quando trabalhar com análises e fontes primárias e secundárias? Quando propor reflexões críticas? Como ensinar História enquanto Ciência Social para 40 estudantes em uma sala com poucos (ou nenhum) recursos em 1h40 minutos por semana?

O direito à educação no Brasil, um breve histórico.

A jurista Maria Cristina Teixeira, em seu artigo para a Revista da Faculdade de Direito (TEIXEIRA, 2008,p.146-168) faz um panorama de como a educação é tratada nas constituições brasileiras desde a Independência.

Ainda que estabelecesse na primeira carta, em seu artigo 179, a garantia do ensino primário a todos os cidadãos, a Constituição do Império, não estabelece em 1824 um projeto de ampliação do ensino público, tampouco deixa claro como essa garantia se daria. Segundo Teixeira, durante o período, o dever da educação fica a cargo da família e da Igreja, que na época detinha a hegemonia da educação no jovem país. A carta de 1891 não traz muitas inovações, apesar de uma tentativa de descentralização e de concentração das atividades educacionais nas mãos dos Estados e União, numa tentativa de laicidade. Apenas a revisão de 1926 coloca a educação como um direito social, graças às pressões dos movimentos operários da época (TEIXEIRA, 2008, p155).

As Constituições de 1934 e 1946 mantêm a educação como um direito subjetivo público, com tendência a gratuidade para aqueles que a necessitem (no caso do ensino primário ulterior, atual Fundamental II) e clara diferenciação entre

unidades destinadas à elite e outras para as classes populares. (Ibidem,p.158-160). A carta de 46 estabelece também as primeiras diretrizes e bases do conteúdo a ser ensinado. O documento estabelece em seu artigo 166:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as emprêsas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos dêstes;

IV - as emprêsas industrias e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acôrdo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por êle, se fôr capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professôres, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra.
(BRASIL, Constituição Federal. 1946)

Em 1967, a nova carta não altera significativamente as diretrizes educacionais, com exceção da priorização da concessão de bolsas para estudantes do ensino primário ulterior em detrimento à oferta de vagas gratuitas na rede pública e a supressão da liberdade de cátedra na Emenda Constitucional no. 1, de 17 de Outubro de 1969. (TEIXEIRA, 2008,p.161). Finalmente com a abertura política surge a Constituição Cidadã e a posterior Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 1996), que registra muitos avanços em relação à normatização de financiamento do ensino no Brasil, como já explanado. A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 ampliaram não só o tempo de escola, garantindo a Educação Básica completa para todos os brasileiros entre 4 e 17 anos e enfatizando a obrigação do Estado em oferecer esta educação em todo o território nacional. Evidentemente, existe um abismo entre a lei e a prática. Em Paraty, Estado do Rio de Janeiro, nas áreas costeiras de difícil acesso, muitos adolescentes deixaram de ter acesso à Educação Básica. Apenas há poucos anos foi levado o segundo segmento do Ensino

Fundamental para as comunidades costeiras. De fato, a LDB de 96 ainda não foi completamente implantada no país.

Com base em todas essas informações, o plano de aula a seguir busca trabalhar, mesmo que minimamente, em prol de novas expectativas tanto dos estudantes em relação à escola quanto o caminho inverso.

METODOLOGIA/PLANO DE AÇÃO

Após toda a reflexão acerca das dificuldades em acolher um grande número de estudantes, com interesses e objetivos totalmente diversos, que se viram inseridos em um formato de escola nem sempre acolhedor, nem sempre adequado, nem sempre inclusivo no sentido mais abrangente do termo; num tempo reduzido de contato com a turma, proponho um trabalho docente que ao mesmo tempo valorize a História local, a História Oral e a cultura dos jovens estudantes como forma de incentivar um sentimento de pertencimento e identificação e incentive as análises científicas e processos investigativos inerentes à atividade histórica, inspirado nas ideias de Prats, Alberti e outros autores discutidos ao longo deste curso de pós-graduação.

A proposta é simples: ao invés de direcionar os trabalhos de pesquisa bimestrais (comumente usados como um dos instrumentos avaliativos e muitas vezes mal orientados e reduzidos a meras pesquisas feitas através do hábito de “copiar e colar” textos prontos da Internet), orientar os estudantes a propor temas de trabalho voltados para sua realidade e de acordo com seu interesse, orientando-os também no tocante ao levantamento de dados, elaboração do texto, apresentação e conclusão.

Desta forma, o professor não vai indicar uma pesquisa sobre determinado assunto ao aluno, vai solicitar ao estudante que escolha um tema sob o qual gostaria de pesquisar. Esta atividade pode ser realizada ao longo de todos os bimestres e não compromete os conteúdos programáticos por se tratar de um trabalho de pesquisa feito fora do horário de aula (apenas as sessões de orientação e as apresentações seriam feitas em sala). Para facilitar a compreensão da metodologia científica e relacionar o trabalho aos conteúdos programáticos, a sugestão é deixar o primeiro trabalho completamente livre (Tudo é História!) e trabalhar com eixos temáticos relacionados ao conteúdo desenvolvido em sala nos bimestres

subsequentes. Ao pensar sobre um tema de seu interesse e investigar sua história, os estudantes lançam um novo olhar – científico – sob um universo que já lhes é familiar, e passam a trazer o que lhes é caro para o ambiente escolar.

O intuito da problematização é relacionar o assunto abordado a alunos pertencentes ao 8º ano do ensino fundamental, pois a série engloba crianças de 13 e 14 anos, logo na idade indicada pelo Pnad como início da evasão. Além disso, jovens no 8º ano do Ensino Fundamental supostamente possuem certa autonomia no tocante à leitura e interpretação de textos, escolha de temas, desenvoltura para entrevistas e autonomia de deslocamento, caso necessário. Com relação ao conteúdo programático da série em questão, o Currículo Mínimo do Estado do RJ engloba os séculos XVIII e XIX. Optamos por trabalhar com a revolução industrial, com as revoluções burguesas e com a Independência dos Estados Unidos, pois facilitam a escolha de eixos temáticos “relacionáveis” à realidade dos estudantes.

Na primeira aula dá-se a introdução ao tema com a realização de uma oficina de metodologia científica e pesquisa história intitulada: “Tudo é História”. Nesta etapa, os estudantes devem escolher qualquer tema de seu interesse e pesquisar sobre a origem, a história deste tema. Exemplo: a história do seu bairro, do funk, da sua família, do futebol, etc. Nessa aula serão trabalhados textos de introdução a metodologia científica e conversas individuais de orientação com cada grupo, sugerindo fontes de pesquisa e metodologias de ação para o trabalho com o tema escolhido.

Na segunda aula, aproveitando o conteúdo programático “Revolução Industrial”, pedir que os alunos escolham um tema relacionado a este universo. Os estudantes podem falar sobre a história da profissão dos pais, do trabalho dos seus sonhos, falar sobre o funcionamento das fábricas, dos direitos trabalhistas e sua história, entre outros.

As mesmas reuniões individuais de orientação serão realizadas para o direcionamento da pesquisa, sempre com ênfase no incentivo à busca da História Oral (exemplo, se o estudante vai falar sobre a história dos direitos trabalhistas, sugerir que entreviste trabalhadores para saber se conhecem esses direitos e se têm acesso a eles, e desde quando. Ou ainda, no caso da escolha de uma carreira/profissão específica, sugerir coleta de depoimentos de profissionais da área).

Na terceira aula aproveitando os conteúdos programáticos “Revolução Inglesa” e “Revolução Francesa” e “Independência dos Estados Unidos”, pedir que

os estudantes escolham temas relacionados às mais diferentes formas de governo seus processos de implantação.

Espera-se que nesta etapa os estudantes estejam mais familiarizados com as metodologias científicas, facilitando as reuniões de orientação individual. Aproveitando-se disto, tentar trabalhar a etapa de “conclusão” dos trabalhos, orientando os estudantes a posicionarem-se sobre os assuntos abordados.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos**. In: Quadrat, Samantha Viz; Rollemberg, Denise. (Org.). História e memória das ditaduras do século XX. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, v. 2, p. 283-300.
- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues. **Narrativas e (re)invenções de uma professora em movimento**. In: Revista Historia Hoje. V.3 no.6. 2004
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História. Coleção Primeiros Passos**. 2ª edição. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2016 – PNAD**. Rio de Janeiro, 2016.
- LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. (?)
- MULLER, Helena Isabel. **História do Tempo Presente: algumas reflexões**. In: PÔRTO, Gilson Jr. (Org.) História do tempo presente. Bauru (SP): Edusc, 2007. 358p.
- PRATS, Joaquim. **Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos**. Educ. rev. [online]. 2006, n.spe, pp.01-20.
- SILVA, Giovani. **Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos**. In: CRÍTICA HISTÓRICA. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/3539/pdf> > acesso em out. de 2018.
- TEIXEIRA, Maria Cristina. **O Direito à Educação nas Constituições Brasileiras**. Revista da Faculdade de Direito, São Bernardo do Campo, v. 5, p. 146-168, 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas.../464>>. Acesso em: 4 de Junho de 2019.

APÊNDICE: PLANO DE AULA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ao longo do curso, o trabalho de proposta e orientação dos trabalhos terão o mesmo formato, a saber:

Aula 1 – 2 tempos

Turma: 8º ano.

Tema: Elaboração do trabalho investigativo de História com tema a ser definido pelos estudantes

Introdução:

Tudo é História! Todo ser humano é agente histórico e todas as ações podem ser investigadas como um processo, atribuindo-lhe significado e utilizando metodologia específica para sua análise.

Joaquim Prats defende a importância do trabalho com os conceitos básicos das Ciências Sociais no ensino regular, destacando as falhas do trabalho com esta disciplina nas escolas. Segundo ele, as aulas de História se afastaram do caráter científico e “investigativo”, fazendo com que os estudantes identifiquem a disciplina como um amontoado de datas, nomes e acontecimentos a serem “decorados”, ao passo que o caráter científico e investigativo é associado às práticas das ciências naturais, cujos conceitos e princípios são mais fáceis de serem “experimentados” e/ou reproduzidos. Segundo o autor, a História e a Geografia seriam campos férteis para o trabalho com os conceitos da Ciências Sociais, com “grande potencialidade formativa” (PRATS, 2006,p.4-5). A proposta desta aula é resgatar este espírito investigativo dos estudantes, fornecendo ao mesmo tempo métodos para a análise científica e ao mesmo tempo buscar resgatar as memórias individuais dos estudantes através do resgate de sua própria história ou a de temas que lhe são caros.

Desenvolvimento:

A professora proporá o tema e apresentará as opções para os estudantes. Em seguida, será feito o primeiro levantamento de temas/assuntos sobre o qual os alunos gostariam de realizar sua pesquisa. Uma pequena exposição sobre a metodologia científica e os conceitos importantes para o estudo de História. Os estudantes receberão uma ficha para preencher com o tema escolhido, o nome do grupo, a proposta de trabalho e as fontes de pesquisa, além de um pequeno passo-a-passo de como realizarão a pesquisa; e um texto preparado pela professora com alguns conceitos básicos para o estudo da História e introdução ao método científico e História Oral.

Conclusão:

Após a leitura dos textos, exposição e debate sobre a proposta de trabalho, será feita a definição dos grupos e as considerações finais.

Objetivo:

- Apresentação da proposta de trabalho, formatos e metodologias
- Compreender que todos os processos humanos podem ser estudados cientificamente dentro das teorias históricas.
- Introdução à metodologias de investigação histórica / trabalho com fontes.

Recursos didáticos:

- Texto explicativo com orientações para o trabalho
- Ficha de acompanhamento do trabalho, onde os estudantes assinalam o tema escolhido, o nome do grupo, a proposta de trabalho (onde pesquisarão, se colherão depoimentos, além do formato a ser apresentado: escrito, em vídeo, apresentação oral).
- Texto sobre os conceitos importantes para o estudo de História

Não há avaliação nesta etapa

Bibliografia:

- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues. **Narrativas e (re)invenções de uma professora em movimento**. In: Revista História Hoje. V.3 no.6. 2004
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. Coleção Primeiros Passos. 2ª edição. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.
- LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. (?)

PRATS, Joaquim. **Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos**. Educ. rev. [online]. 2006, n.spe, pp.01-20.

Aula 2 – 3 tempos

Turma: 8º ano.

Tema: Escolha dos temas para o trabalho e orientação dos grupos de pesquisa.

Introdução:

Nesta segunda aula do projeto, os grupos das aulas anterior serão chamados para uma rápida reunião de orientação.

Desenvolvimento:

Os estudantes entregarão as fichas com as propostas de trabalho e em cima destes dados a professora orientará os grupos para conclusão dos trabalhos, indicando leituras, fontes de pesquisa, recolhimento de depoimentos orais. Esta orientação deverá ser individualizada e de acordo com o tema escolhido pelos alunos.

Conclusão:

Será definido juntamente com cada grupo um cronograma para elaboração de sua pesquisa e orientações para o relato da conclusão do trabalho de cada grupo. Nesta etapa, os estudantes deverão escrever sua impressão pessoal não só sobre o tema pesquisado como em relação ao tipo de trabalho realizado.

Objetivos:

- Aferir a escolha dos temas e as propostas de trabalho elaboradas pelos estudantes
- Orientar a pesquisa dos estudantes
- Avaliar a compreensão e a aplicação de metodologias científicas
- Acompanhar as pesquisas.

Recursos didáticos:

- Ficha de escolha do tema e acompanhamento do trabalho preenchida
- Reunião presencial com os grupos para orientação

Avaliação:

- Análise das fichas de acompanhamento do trabalho e dos relatos dos estudantes através do andamento das pesquisas.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues. **Narrativas e (re)invenções de uma professora em movimento**. In: Revista Historia Hoje. V.3 no.6. 2004
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. Coleção Primeiros Passos. 2ª edição. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.
- LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. (?)
- PRATS, Joaquim. **Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos**. Educ. rev. [online]. 2006, n.spe, pp.01-20.

Aula 3 – 3 tempos**Turma: 8º ano****Tema:** Tudo é História. Apresentação dos trabalhos**Introdução:**

Nesta última etapa do projeto, os grupos finalização e apresentarão o resultado de seus trabalhos para a turma. O objetivo é compartilhar os conhecimentos adquiridos e partilhar valores, memórias e pontos de vista.

Desenvolvimento:

A professora auxiliará na finalização dos trabalhos e revisará o que será apresentado. Os estudantes compartilharão suas vivências e o resultado de sua pesquisa com os colegas de turma.

Conclusão:

Ao final das apresentações, em cada bimestre, os estudantes farão comentários e uma auto-avaliação da experiência.

Objetivos:

- Conclusão dos trabalhos de pesquisa
- Apresentação dos projetos para a turma
- Troca de conhecimentos a respeito da metodologia usada e das conclusões dos estudantes.

Recursos didáticos

- Computador e projetor para exibição dos vídeos elaborados pelos estudantes
- Apresentação dos trabalhos e debates.

Avaliação:

Avaliação dos trabalhos apresentados/entregues/exibidos pelos estudantes.

Autoavaliação dos estudantes.

Bibliografia

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues. **Narrativas e (re)invenções de uma professora em movimento**. In: Revista Historia Hoje. V.3 no.6. 2004

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. Coleção Primeiros Passos. 2ª edição. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs**. (?)

PRATS, Joaquín. **Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos**. *Educ. rev. [online]. 2006, n.spe, pp.01-20.*